

22º Exame de Ordem - 2ª fase - 2003

Direito Civil

1. Você é procurado por Alírio de Angelis, proprietário de uma área rural no Município de Nova Friburgo, o qual lhe conta que, por ausência de limites bem definidos, tem tido discussões com Mário Andretti, seu vizinho, e proprietário de área imediatamente contígua, sobre o marco delimitador de ambas as propriedades.

Seu cliente pede, então que você adote as providências cabíveis para ver estabelecidas as confrontações das propriedades consoante consta das descrições nas matrículas do registro geral de imóveis da cidade.

Redija a peça processual cabível.

Advogado: Bruno Gili - OAB/RJ 1.000

2. João acreditando que Alfredo era seu filho natural (filho biológico não registrado) do namoro que manteve com mãe do Alfredo, resolveu fazer uma doação de um apartamento para ele. Depois que fez a doação descobriu que Alfredo não era seu filho e então pretende anular a doação. Esclareça se existe algum vício na manifestação de vontade, indicando em caso positivo qual o seu fundamento.

3. Nulidade absoluta, nulidade relativa e anulabilidade. Explique as modalidades de invalidades relatando e esclarecendo os seus efeitos.

4. Tício, marido de Angela, promove a emissão de título de crédito que não representa qualquer negócio em favor de seu amigo Caio, antes da separação judicial, para prejudicar sua mulher Angela na partilha de bens. Estabeleça qual seja a natureza do negócio e o fundamento da sua nulidade.

5. Disserte sobre o instituto da responsabilidade civil pré-contratual, no rompimento abrupto das negociações durante as tratativas para a celebração de um contrato, e estabeleça a validade ou não desta no ordenamento brasileiro a partir da aprovação do Novo Código Civil.

6. Levando em conta o disposto no Novo Código Civil, conceitue e diferencie, dando exemplos, retroatividade máxima, média e mínima da lei nova.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Penal

1. A 5ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, deu provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público para condenar Tiago Duroteu como incurso nas sanções do artigo 302 da Lei 9503/97, fixando a pena em 2 (dois) anos de detenção e a suspensão, pelo mesmo prazo, da habilitação para dirigir veículo automotor. Reconheceu-se o direito de Duroteu a substituição da pena. Tal decisão transitou em julgado.

Como advogado de Tiago Duroteu, redija a peça processual cabível.

Advogado: Geraldo Prado

OAB 1000

End: Ed. do Fórum do Rio de Janeiro

2. Antonio respondeu a ação penal perante o Juízo da 8ª Vara Criminal, acusado da prática do delito definido no art. 214, c/c 224, alínea "a" e 61, inciso II, alínea "h", do Código Penal. O Juiz, ao sentenciar o feito, condenou o acusado à pena de 10 anos e 6 meses de reclusão, nos termos pretendidos na peça vestibular, condenação essa que foi mantida pela instância superior. Na interposição do recurso cabível, o que sustentaria para modificar os termos das decisões condenatórias.

3. Rogério, em razão da prática de dois furtos, foi denunciado como incurso na sanção do art. 155, § 4º, inciso III, c/c art. 71, do Código Penal. Instaurada ação penal e observado o trâmite devido, o Juiz, entendendo comprovada a autoria e inexistirem circunstâncias desmerecedoras, condenou Rogério e fixou a pena-base em 2 (dois) anos de reclusão, aumentando-a da metade, face à continuidade delitiva, aplicando-lhe a pena definitiva de 3 anos, em regime aberto, substituindo-a pela prestação de serviços a comunidade. Como advogado de Rogério, o que sustentaria no recurso de apelação.

4. Maria, de há muito, vinha se sentindo traída por seu marido e, por isso, entendia que a única solução que lhe restava era matar o mesmo. Resolvida a consumir o seu intento, Maria adquiriu uma arma, mas, chegou à conclusão de que o melhor seria contratar alguém para que se incumbisse da prática do homicídio. Depois de receber algumas informações, veio a conhecer José que, além de policial, era tido como famoso matador de aluguel, com o qual acertou todos os detalhes para a execução do crime. No dia combinado, Maria encontra-se com José e, após lhe passar a arma que deveria ser utilizada, bem assim valor combinado pela empreitada, José precede à prisão de Maria em flagrante. Examine a conduta penal de ambos.

5. Álvaro, na condição de Auditor Fiscal da Receita Federal, recebeu Mandado de Procedimento Fiscal, para que realizasse na empresa Netuno. No curso do procedimento, Álvaro deparou-se com várias irregularidades na contabilidade, as quais ensejavam a aplicação de pesada multa em face de sonegação de tributos. Contatando-se com o contador da empresa, Álvaro mostrou-lhe que havia a possibilidade do valor da multa ser significativamente reduzido, mas, para que isso ocorresse, exigiu-lhe fosse efetuado o pagamento de certa quantia, o qual, apesar de muita relutância do dono da empresa, acabou por efetivar-se. Proceda o enquadramento jurídico-penal cabível.

6. Alfredo, em razão da prática do crime de excesso de exação, foi condenado à pena privativa de liberdade de 5 anos de reclusão, por ter sido dado como incurso na sanção do art. 316 § 1º, do Código Penal. No curso da ação penal, Alfredo teve decretada a sua prisão preventiva, a qual perdurou por 1 ano e 6 meses, após o que foi revogada. Na sentença de primeira instância o Juiz não lhe permitiu apelar em liberdade, pelo que foi preso. No recurso de apelação, a defesa arguiu preliminar de nulidade do processo por vício de citação, a qual foi acolhida pelo Tribunal, em razão do que o acusado, depois de ficar preso provisoriamente por mais de 1 ano e 6 meses, foi posto em liberdade. Depois de 4 anos e 4 meses de nova tramitação da ação penal, foi proferida outra sentença condenando Alfredo à mesma pena de 5 anos, a qual transitou em julgado. Como advogado de Alfredo, o que alegaria para que ele não fosse recolhido ao cárcere, a fim de cumprir o restante da pena?

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Trabalhista

1. A empresa Flutuar Transportes Aéreos S.A. adquiriu o controle acionário da empresa Luar Táxi Aéreo Ltda, empresa que passa a compor o Grupo de Empresas Flutuar composto de diversas companhias aéreas. Considerando os efeitos jurídicos trabalhistas dessa alteração societária verificada na empresa Luar Táxi Aéreo Ltda., e a existência de um acordo coletivo de trabalho dessa empresa do setor de táxi aéreo com o sindicato profissional dos aeronautas, em plena vigência, em que são fixados um Programa de Demissão Voluntário (PDV) e um Programa de

Incentivo à Aposentadoria (PIA), e mantém um Fundo de Pensões de Previdência Privada, indaga a empresa Flutuar Transportes Aéreos S.A, pedido a formulação de um parecer de cunho jurídico trabalhista abordando as conseqüências dessa mudança estrutural anunciada nos contratos de trabalho. Deve a consulta ainda abordar as seguintes questões: a) como ficam os contratos de trabalho dos 7.000 empregados da Luar Táxi Aéreo Ltda após a incorporação, observando a alteração em questão pelo enfoque de índole estritamente trabalhista; b) como fica o contrato de trabalho de empregado da Luar Táxi Aéreo Ltda transferido para a empresa Flutuar Transportes Aéreos S.A. na qualidade de comandante de aeronave e posteriormente eleito diretor de seu atual empregador, considerando a interpretação jurisprudencial majoritária adotada?; c) é devida a indenização adicional prevista na Lei 7239/84 considerando que a extinção contratual dos aeronautas empregados da Luar Táxi Aéreo Ltda ocorreu no período de trinta dias que antecede à data base da categoria e o fato de o pagamento das verbas daí decorrentes tenham sido pagas com salário já corrigido pelo reajuste da categoria profissional e o fato de tal extinção ter sido fruto do PDV e PIA acima referidos?

Assim, considerando os fatos narrados acima e na qualidade de advogado consultado pela empresa de Flutuar Transportes Aéreos S.A. articule e fundamente um parecer atacando todas as situações que merecem observação no enunciado da questão.

NOME DO ADVOGADO: LUIZ FELIPE IPANEMA

INSCRIÇÃO NA OAB: OAB/RJ 6.030.158

ENDEREÇO DO ESCRITÓRIO DO ADVOGADO: Rua Brasil, 1500 - Rio de Janeiro, RJ

2. Ricardo Pereira dos Santos ajuizou uma reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador São Vicente Indústria e Comércio Ltda, postulando apenas equiparação salarial ao seu colega Haroldo Teixeira da Rocha, paradigma apontado na petição inicial, cujo valor da causa representava R\$ 50.000,00. A reclamação foi julgada improcedente pela 100ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Dessa decisão quais são os recursos imediatamente cabíveis, seus pressupostos de admissibilidade, prazo e o órgão julgador competente para apreciá-lo, fundamentando a resposta.

3. Quando o sindicato instaura um dissídio coletivo ele representa os seus filiados ou os membros da categoria? Justifique fundamentando a resposta.

4. Na ação civil pública trabalhista quem possui legitimação ativa, quais os interesses a serem defendidos e se é possível a concessão de liminar? Justifique fundamentando a resposta.

5. Se um empregado firma com seu empregador um contrato a termo com percepção de salário por hora e este se extinguiu no sábado e o empregador paga ao referido trabalhador o domingo, o contrato de trabalho passaria a ser reconhecido como por prazo indeterminado? Justifique fundamentando a resposta.

6. Como são constituídas e instituídas as Comissões de Conciliação Prévia? Fundamente a resposta.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Comercial

1. Sua cliente, Antônia, procurou seu escritório de advocacia e contou-lhe: (i) que por 10 (dez) anos foi, juntamente com Bianca, sócia de uma sociedade limitada - a "AB SALÃO DE BELEZA LTDA" - cuja atividade preponderante é a de um salão de beleza, que atende tanto ao público feminino quanto ao público masculino; (ii) que há 6 (seis) meses houve um desentendimento entre as sócias e que Antônia comprou da sócia

Bianca sua participação societária, tendo então esta última se retirado da sociedade; (iii) que há 2 (dois) meses sua ex-sócia Bianca constituiu uma sociedade limitada e abriu, no mesmo quarteirão e na mesma rua, um novo salão de beleza - o "B EMBELEZAMENTO LTDA" - para atender ambos os públicos feminino e masculino - a poucos metros do empreendimento de Antônia; (iv) que o B EMBELEZAMENTO (novo salão) tem praticado preços substancialmente inferiores aos preços praticados pelo AB SALÃO DE BELEZA (salão de sua cliente), havendo suspeita de serem preços subsidiados ou abaixo do custo; e que (v) além disso, B EMBELEZAMENTO está distribuindo panfletos na rua, a quem passa pelas adjacências do local, e nesses panfletos há comentários depreciativos à qualidade do serviço prestado e à higiene do estabelecimento de AB SALÃO DE BELEZA LTDA; e, finalmente, que toda sua clientela estaria migrando para esse novo salão.

Sua cliente pergunta se a prática de sua ex-sócia, Bianca, é legal e, caso não o seja, quais são as medidas que podem ser tomadas para a defesa de seus direitos. Prepare um parecer fundamentado para a sua cliente.

Advogado: Bruno Gili

OAB/RJ nº 1.000

2. Discorra fundamentadamente sobre a responsabilidade que incumbe ao sócio de responsabilidade limitada, na falência, por obrigações contraídas pela sociedade e pelas perdas havidas até o momento de sua saída, sabendo-se que, na saída, o sócio retirou os fundos que havia conferido ao capital social.

3. Há alguma exigência legal para que uma sociedade estrangeira possa funcionar como tal no País?

4. O sócio de responsabilidade ilimitada que tenha sido admitido na sociedade por cessão de sócio retirante responde solidariamente com o cedente pelas obrigações existentes à época da cessão?

5. Discorra sobre a chamada *affectio societatis*.

6. O que é a custódia de ações, e por que se diz que ela decorre da fungibilidade das mesmas? Esclareça e justifique sua resposta.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Administrativo

1. Uma empresa, da qual você é advogado, obteve edital de vultosa licitação municipal. O edital estava inteiramente baseado na lei federal nº 8.666/93, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos. Sucede que dispositivo de lei municipal, regulador de questão específica em matéria de licitação, entrou em choque com as normas do edital. Emita parecer sobre a questão.

Advogado: Bruno Gili

OAB/RJ nº 1.000

2. As questões que seguem, valendo 1 (um) ponto cada, devem ser respondidas objetivamente, com base na legislação aplicável e, eventualmente, na jurisprudência, dispensados subsídios doutrinários, contidas as respostas no espaço a elas delimitado, para permitir aferição de domínio, com precisão e concisão vernaculares, de conhecimento do direito aplicável à área administrativa.

Conceitue transferência, analisando se tal instituto é constitucional. Fundamente a resposta.

3. Por lei de iniciativa do Poder Executivo, instituiu-se gratificação de atividades especiais, a qual só foi atribuída aos servidores em atividade. Os servidores inativos têm direito a tal gratificação? Fundamente a resposta.

4. Notário e registrador, os quais ingressam nas respectivas atividades por meio de concurso público de provas e títulos, em obediência à regra inscrita no art. 236, § 3º, da Constituição da República, estão submetidos à aposentadoria compulsória dos servidores públicos? Fundamente a resposta.

5. Qual é a natureza jurídica da prisão disciplinar militar? É cabível a impetração de *habeas corpus* nesse caso?

6. No uso de suas atribuições legais, conselho regional de medicina suspendeu a prática profissional de determinado médico em face de gravíssimas denúncias de erros grosseiros. Qual é a natureza jurídica de tal ato? Qual é a natureza jurídica da entidade acima mencionada?

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Tributário

1. A sociedade Arrendamento de Veículos S/A, que tem por objeto a locação de veículos, ajuizou ação declaratória contra o Município do Rio de Janeiro, com pedido de declaração de inexistência de obrigação de pagar o ISS sobre locação de veículos. Para justificar o pedido alegou, em síntese:

(i) o Município exige o pagamento de ISS sobre a locação de veículos, com base no artigo 8º, inciso LXXIX, do Código Tributário Municipal, aprovado pela Lei nº 691, de 1984, segundo o qual o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços de "locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil";

(ii) o imposto exigido é inconstitucional, porque a locação de bens não é prestação de serviço.

A sentença, do Juízo da 15ª Vara de Fazenda Pública, não conheceu da alegação de inconstitucionalidade, mediante o argumento de que não caberia, em ação ordinária de natureza declaratória, discutir a constitucionalidade de lei complementar. No mérito, acolheu a tese sustentada pelo réu, no sentido de que o inciso LXXIX do art. 8º da Lei nº 691, de 1984, tem fundamento de validade no item 79 da Lista Anexa ao Decreto-lei nº 406/68, na redação dada pela lei Complementar nº 56/87, e julgou improcedente a ação.

Na qualidade de advogado a autora, redija o recurso cabível e as respectivas razões. Assine Ricardo Antônio Barros, OAB/RJ 1.500.

2. Definir e distinguir, objetivamente, os princípios da seletividade e da progressividade.

3. Pode o Chefe do Poder Executivo Estadual, por Decreto, estabelecer o prazo para pagamento de imposto?

4. Lei Estadual pode, validamente, conceder isenção de ICMS?

5. A decisão do Conselho de Contribuintes não sujeita a recurso faz coisa julgada?

6. Discorra objetivamente sobre as modalidades de lançamento

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.